

# O perfil da linguagem crítica de Benedito Nunes

*Jucimara Tarricone*

*Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP*

## I. A crítica literária

Início esta breve reflexão com um enunciado de Benedito Nunes que, por si só, resume sua clareza como crítico-leitor:

Linguística, Sociologia, História, Psicologia ou Psicanálise – qualquer desses campos metodológicos pode ser requerido para a compreensão da obra, e nenhum deles, por mais que necessário seja, é suficiente no cumprimento desse fim. A exigência filosófica de verdade impõe, dessa forma, como princípio do discurso do método, em caráter permanente, a cauta admissão das ciências humanas, em estado de *simpósio*: cada qual é capaz de iluminar a obra, e nenhuma, por si só, traz a completa chave de sua decifração. Filosoficamente, o objeto literário permanece inesgotável (1993, p. 198).

Em outro momento, Nunes reafirma seu antigo postulado: “quando a Filosofia e as Ciências se calam, é sempre a poesia que diz a última palavra” (2005, p. 305).

Assim, de posse dessas duas citações, torna-se possível estruturar meus comentários que, basicamente, apontam para duas vertentes não paralelas, mas complementares, as quais submeto à discussão: a análise que Benedito Nunes faz do fenômeno literário e a forma como constrói seu discurso crítico.

De saída, talvez seja importante ressaltar como se localiza a práxis de sua interpretação dentro da nossa historiografia crítico-literária. Embora o diálogo entre filosofia e literatura, como campo de sua instrumentação, seja um exercício único dentro do ensaísmo brasileiro, a sua noção de crítica encontra uma afinidade com as propostas de João Alexandre Barbosa, em especial, no texto “Forma e história na crítica brasileira – de 1870-1950”, constante no livro *A leitura do intervalo* (1990), mas originalmente apresentado, em 1986, na 2ª Bienal Nestlé de Literatura, com o título “Algumas reflexões sobre a crítica brasileira contemporânea”.

Todavia, é forçoso, aqui, abrir um parêntese. Essa aproximação dos dois críticos, que ora apresento de maneira incipiente e sucinta, tem origem em pelo menos um traço que os caracteriza: a alentada visão da crítica como aquela que fomenta questões. Dessa forma, mais do que respondê-las, o ensaísta deve tentar compreender o texto para, na experiência de sua leitura, compreender a si mesmo.

João Alexandre Barbosa, falecido em 2006, deixou uma vasta obra, em que se sobressaem estudos acerca de José Veríssimo, João Cabral de Melo Neto e Paul Valéry. Foi professor de Teoria Literária, na USP, presidente da Edusp (a editora da Universidade de São Paulo), atuou como crítico em jornais e revistas especializadas e desenvolveu o conceito, entre outros, de *leitura do intervalo*, ao qual me referirei mais adiante.

No texto “Forma e história na crítica brasileira – de 1870-1950”, Barbosa trata das relações de tensão entre análise formal e interpretação histórica, que, segundo defende, torna capaz de recuperar os momentos da evolução da crítica literária brasileira, sem deixar de lembrar os fundamentos históricos, e sem deixar de assinalar a continuação de uma problemática qualquer que consegue atingir a contemporaneidade.

O roteiro que ele estabelece é composto por três etapas que se articulam: a herança, a ruptura e a releitura. A herança é referente às obras críticas que prepararam caminho para uma renovação dos estudos linguísticos, bem como repensaram a ideia de estilo e sua inclusão em um contexto histórico-social mais extenso e dinâmico.

As fases da ruptura e da releitura são próximas à leitura que Benedito Nunes (1978, 1998, 2000) faz da década de 40 em diante. Para ambos, a literatura produzida a partir dos anos 40 – uma prosa como a de Clarice Lispector ou de Guimarães Rosa – demandava uma linguagem crítica mais refinada, para que pudesse acompanhar as inovações do código literário. A ruptura, portanto, é correspondente à própria evolução constatada na criação de uma literatura. Já a crítica como releitura ocorre a partir dos anos 60 e é definida como a necessidade de se ler não só a literariedade presente nos textos, mas as tensões que integram a própria organização do texto literário como forma e história.

Da constante interrogação de como se fazer crítica em meio a novas criações literárias, é possível identificar variadas tendências que se expandiram no Brasil. Nunes indica no entanto que, ora de modo direto, ora de modo indireto, essas posições encontrariam base nas diferentes correntes filosóficas em vigência:

Às vezes, a moda, a avidez da novidade aliciam o julgador literário. Mas queira-o ou não, o seu ponto de vista sempre se move entre presente e passado, segundo expectativas razoáveis do futuro da produção poética. É um ponto de vista reticulado, nunca isento filosoficamente. Sabe-se que os formalistas russos se formaram na fenomenologia de Husserl. O estruturalismo francês cresceu em sintonia com a lingüística saussuriana (2000, p. 62).

Desse modo, as investigações teóricas e críticas firmadas nesse momento recebiam contribuições não só do marxismo, como noção geral da vida social e histórica, ao lado das teorias sociológicas e historicizantes, mas também da filosofia francesa dos valores (Louis Lavelle), além do neopositivismo, coligado à propensão cientificista, da semiótica, da fenomenologia e da hermenêutica.

Como se sabe, dos anos 50 até por volta de 1970, o debate crítico tem seu auge no jornalismo literário, grande era o número de periódicos que o veiculava: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Suplemento Literário de Minas Gerais*, entre outros. Benedito Nunes se inscreve como um dos críticos dessa fase, ao lado de, por exemplo, Afrânio Coutinho, Antonio Candido, Wilson Martins, Eduardo Portella, Aderaldo Castelo, Fausto Cunha, Fábio Lucas e Euryalo Cannabrava.

A partir dos anos 60, a crítica brasileira também passou a ser produzida nas universidades e divulgada por meio de revistas especializadas e livros, especialmente fundamentada pela teoria da literatura, que “daria um novo acesso, menos preconcebido, às ciências humanas e à filosofia, à história e à hermenêutica” (Nunes, 1999a, p. 17).

Tanto para Benedito Nunes quanto para João Alexandre Barbosa (1986), a crítica é concebida como leitura em ação, tensão entre a escrita dos escritores e a leitura dos críticos, em um movimento perpétuo cujo interpretar é um exercício do avançar, do recuar, do desviar para recompor o curso do texto à história, sem perder a tensão que os articula.

Pode-se, dessa forma, dizer que a linguagem crítica de Nunes apresenta semelhante textura com a definição que João Alexandre Barbosa (1990) concebe da crítica como releitura: aquela em que o crítico não se pauta por tentar decifrar ou explicar o sentido do texto, mas, sim, por expor o objeto literário como uma perspectiva de um questionar do próprio homem e do seu mundo simbólico. O trabalho do crítico-leitor, então, ocorre por aproximações e possibilidades, pelo deixar-se provocar pelo que leu e pelo mergulho nas incertezas da literatura.

Da mesma forma, Benedito Nunes compartilha também da metáfora crítica criada por Barbosa: a leitura como intervalo. Isto porque, no conceito de dimensão intervalar da literatura, ressalta-se que

na literatura lê-se sempre mais do que a literatura, embora deva-se dizer bem depressa que só é mais do que literatura porque a intensidade com que se trabalham os valores da linguagem, isto é, o que é próprio da literatura, leva à problematização radical dos demais valores – filosóficos, psicológicos, sociais, históricos – veiculados pela literatura (1990, p. 26).

Cabe assinalar que intervalo não é um vazio, mas o momento mesmo em que a leitura ressalta os significantes textuais de tal modo que há uma integração com os significados. Em outras palavras: os aspectos filosóficos, psicológicos, sociais, históricos são vistos como integrantes literários e não como elementos externos ao texto.

Entretanto, para que isto ocorra é necessário que a prática analítica seja aportada em uma consciência da linguagem literária, sem a qual o crítico dificilmente discorre, reinventa e redescobre os textos.

Sob este prisma, tanto o percurso crítico de Benedito Nunes quanto o de João Alexandre Barbosa se assentam na experiência de escrita ensaística. Isso porque, no ensaio, o texto se edifica como escrita de horizonte, de natureza transitória, sem uma construção dedutiva ou indutiva.

Tal concepção, importante esclarecer, é próxima à sugerida por Adorno (2003). O ensaio é aberto, porque a apresentação se faz em tensão com o exposto, com a renúncia de pensar pronto, já que é próprio dessa forma a experimentação, o embate com o objeto, a reflexão que não quer se esgotar.

É pertinente lembrar que ensaio vem do latim *exagium* *l, i*, “ato de pesar, por extensão, ponderar, avaliar”. Dessa forma, este é mais próximo do discurso filosófico, conquanto Nascimento o defina como “forma discursiva limítrofe entre a literatura e a filosofia” (2004, p. 55), uma vez que a ação de pensar pode se desenvolver independentemente da literatura e da filosofia.

Literatura e filosofia são domínios que se entrecruzam no ensaio de Nunes como exercício reflexivo de uma escrita que revela uma linguagem de tentativa, tateante, uma linguagem de pressupostos.

Ensaística plural, sem dúvida, cuja prática se fundamenta em expor a leitura hermenêutica em permanente dialogação, de forma fluente, mas, ao mesmo tempo, analítica e desafiadora.

Para Nunes (2002), a investigação filosófica de uma obra literária compreendida como forma é examinada por meio de três aspectos: a) a linguagem; b) as conexões da obra com as tendências do pensamento histórico-filosófico; e c) as idéias que são problemas do e para o pensamento.

De fato, a dimensão do literário abre perspectivas para que a obra seja explorada no seu *modus operandi*, no seu *como*, para que se possa conhecê-la, questioná-la, investigá-la na sua própria existência de “verdade” como ficção e experiência do possível (cf. Nunes, 1993, p. 198-9).

À filosofia, portanto, restaria deixar vir à tona as potencialidades hermenêuticas do literário e, destituída de atributos tradicionais, ressaltá-las, no acompanhar dos passos iniciados por Sartre, Merleau-Ponty, Nietzsche, Heidegger, Benjamin...

É nesse sentido que Nunes aborda o confronto poesia e filosofia, que pode ser trazido à baila, por exemplo, em textos como “Poesia e filosofia na obra de Fernando Pessoa” (1974) e “João Cabral: filosofia e poesia” (2000a). Segundo Nunes:

Seria um erro procurar para a obra poética do grande escritor [Fernando Pessoa] uma doutrina filosófica, um sistema de pensamento interna ou externamente elaborados, ou como sùmula de idéias que ela secretasse por dentro, ou como armação intuitiva e conceptual que a fundamentasse por fora. Nela o encontro e o confronto do poético e do filosófico começam a produzir-se rompendo com os moldes tradicionais, descerrando-nos um aspecto daquela situação intelectual da filosofia como obra escrita, e portanto da filosofia como gênero literário, que Paul Valéry registrou nos seus cadernos (1974, p. 33).

No poeta português, o professor paraense aponta o “fingimento” como o elo entre poesia e filosofia, já que este traz o problema do conhecimento, da verdade do ser, na essência da criação poética.

Em Cabral, Benedito Nunes condensou o processo da poética cabralina em três pontos: o primeiro, desde *Pedra do sono* (1942), é o resultado de um “trabalho de arte”, de ascese que dispensa o psicologismo com a utilização de substantivos concretos e séries temáticas, a partir de *Dois águas* (1956), que cria um léxico comparativo.

O segundo, a transferência de qualitativos das coisas humanas para as naturais, e vice-versa, por um processo contínuo de vocábulos-imagens que se sucedem nos versos descritivos. Por fim, notou que, na poesia de Cabral, a linguagem busca um real perceptível, longe de qualquer introspecção; por isso é didática.

Se as relações entre poesia e filosofia são transversais, em *Psicologia da composição* (1947), por exemplo – do poema em forma de uma filosofia da composição, ou de uma fenomenologia do poema –, “muito prosperam” essas relações.

Em ambos, filosofia e poesia são reveladas, assim, no trabalho com a linguagem, na depuração crítica de uma *poiesis* constitutiva desses dois traços.

## II. A leitura hermenêutica

Conquanto Haroldo de Campos, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, no ano de 2003, afirmasse que, dentro da crítica brasileira, somente Gerd Bornheim e Benedito Nunes podem ser reconhecidos como “filósofos que fazem crítica”, a relação que Nunes estabelece com o pensamento hermenêutico carrega um acento único, singular na nossa ensaística.

Claro está que o professor paraense mantém um diálogo com outros críticos de extração hermenêutica, em particular, a heideggeriana, em que se pode destacar o trabalho de Vicente Ferreira da Silva, Vilém Flusser, Emmanuel Carneiro Leão e Eduardo Portella.

Há de se ressaltar, no entanto, pelo menos dois aspectos que indicam diferenças entre eles e as reflexões de Benedito Nunes.

O primeiro aponta para a própria trajetória deste como intérprete: os discursos filosóficos e literários aparecem como duas instâncias presentes na sua formação de autodidata; portanto, ele não é um literato que se ocupa da filosofia, nem um filósofo que se ocupa da literatura. Por outro lado, seu campo de interesse abrange interrogações da cultura, da história, da natureza...

O segundo aspecto é coextensivo ao primeiro: sua leitura hermenêutica, ao interrogar o texto à procura da questão que o mundo da obra sugere ao pensamento, é assentada sob o foco da interdisciplinaridade. O pensamento heideggeriano comparece, por vezes, na sua analítica, mas em diálogo com outros filósofos bem como com outras disciplinas que favoreçam a conexão.

Se é visível, aliás, a importância de Heidegger, com quem diz ter mais afinidades (Nunes, 2005, p. 300), por outro lado, não se pode afirmar que o discurso teórico-crítico de Nunes seja eminentemente voltado para o do filósofo. Ele próprio confessou não estar sob o “efeito Heidegger”, expressão usada por Henri Meschonnic (cf. Nunes, 1993, p. 7).

Embora a “prática meditante” do autor alemão exerça-lhe certo fascínio, isto não significa que outros pensadores não tenham despertado seus interesses pela relação entre filosofia e literatura. Basta assinalar como Benedito Nunes corrobora a explicação dada por Paul Ricoeur a respeito do mundo do texto tornar-se texto do mundo.

Tal questão é um dos pontos-chave do projeto hermenêutico de Ricoeur (1990), que tem a intenção de propor uma nova configuração à problemática hermenêutica, entendida como a teoria em que a compreensão se relaciona com a interpretação dos textos. Há, assim, uma efetivação do discurso como texto.

A sua noção de texto, nessa conjuntura, esclarece a aporia hermenêutica da divisão diltheydiana entre explicar e compreender, porquanto postula uma complementaridade dessas duas posições, uma articulação dialética. Esta vinculação entre explicar e compreender aponta como Ricoeur ultrapassou a oposição entre verdade e ciência ou método da hermenêutica de Gadamer e efetua a mediação mútua de filosofia e ciências sem prejudicar a autonomia dos campos respectivos.

Por compreensão, Ricoeur (1986, p. 37) entende a possibilidade que o leitor tem de chamar para si a responsabilidade de estruturar o texto. Já a explicação é uma ação de segundo grau inserida nesta compreensão.

Nesse sentido, define a interpretação por esta mesma dialética da compreensão e da explicação no patamar do “sentido” imanente ao texto. Ao deslocar o eixo da interpretação da subjetividade para o mundo, subordina a intenção do autor ao referente do texto.

A hermenêutica, assim, edifica-se na tarefa de reconstruir o sentido, que pertence à estruturação da obra, e restituir a referência, cuja caracterização permite a esta lançar-se fora de si mesma para gerar um mundo:

O sentido de um texto não está por detrás do texto, mas à sua frente. Não é algo de oculto, mas algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que aponta para um mundo possível, graças à referência não ostensiva do texto. A compreensão tem menos do que nunca a ver com o autor e a sua situação. Procura apreender as posições de mundo descortinadas pela referência do texto. Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para a referência: do que ele diz para aquilo de que fala (Ricoeur, 2000, p. 99).

O texto, ou linguagem como discurso, apresenta uma independência que modifica e intensifica a natureza intersubjetiva do diálogo: a escrita absorve a significação dos atos de linguagem, o dito ou “noema” do dizer. A intenção do autor só pode ser esclarecida por meio da interpretação, mas um texto possui sua própria autonomia em relação a ele. Com a compreensão de um texto projeta-se um mundo, ou novos aspectos do nosso ser-no-mundo. A subjetividade do leitor é igualmente, assim, operação de leitura.

A questão principal, dessa forma, não é perceber, sob o texto, a intenção subjetiva do seu autor, mas assinalar, diante dele, o mundo que ele descortina. O texto literário, ao deixar pendente a referência de primeiro grau, característica do discurso corriqueiro, emancipa uma referência de segundo grau, em que o mundo é manifestado como um panorama de nossa vida e do nosso projeto. Esta nova referência, para além da vida cotidiana, alcança o seu pleno desenvolvimento apenas nas obras de ficção e de poesia e constitui, segundo o filósofo francês, o problema hermenêutico fundamental.

A reflexão teórica de Ricoeur parte, é importante assinalar, de uma revisão da hermenêutica romântica de Schleiermacher e Dilthey, da renúncia da subjetividade e do idealismo da fenomenologia de Husserl, ao aprofundamento de uma hermenêutica fenomenológica, a exemplo do que Heidegger, em *Sein und Zeit* (1927), e Gadamer, em *Wahrheit und Methode* (1960), já haviam realizado.

Seus primeiros trabalhos, aliás, são dedicados à obra de Husserl, mas, reconhece (1986), seguiu uma evolução de método: de uma fenomenologia eidética, desenvolvida em *Le volontaire et l'involontaire* (1950);

da hermenêutica do símbolo, em *La symbolique du mal* (1960) e *De l'interprétation. Essai des interprétations. Essai d'herméneutique* (1969); a uma hermenêutica sobre a linguagem, a partir de *La métaphore vive* (1975) e *Temps et récit* (1983).

O método adotado de aproximação entre a fenomenologia e a hermenêutica, para ele, obedece às duas teses: 1) fenomenologia e hermenêutica só se relacionam se o idealismo da fenomenologia husserliana se submeter à sua crítica pela hermenêutica; e 2) para além da simples oposição, a hermenêutica estabelece-se sobre uma base fenomenológica e a fenomenologia só alcança o seu projeto filosófico ao usar a interpretação da hermenêutica.

Para Benedito Nunes, este empreendimento teórico de Ricoeur é compatível “com a redução que a fenomenologia hermenêutica sempre pratica, dos conceitos e categorias às formas elementares da experiência vivida, à trama do *mundo-da-vida* (*Lebenswelt*), solo comum da poesia e das construções científicas” (2004, p. 201).

Com as ciências humanas, Ricoeur estabelece uma relação interdisciplinar, haja vista seu diálogo crítico com o estruturalismo, a psicanálise de Freud, a filosofia da linguagem, a semiótica e a semântica, presentes nas suas obras.

Não obstante, o salto fenomenológico hermenêutico de Ricoeur (1986, p. 8), segundo ele, a sua contribuição pessoal, é o tema da distanciação, instância crítica com que realiza todas as operações de pensamento que destacam a interpretação.

A distanciação é como um procedimento crítico, que sustenta a dialética da proximidade e da distância no interior da interpretação.

À distanciação, que liberta o texto da relação com o autor e o subtrai às dissimulações da realidade cotidiana, responde o ato do sujeito chamado apropriação, pelo qual este objetiva ao sentido e à referência propostos pelo texto. É a oferta de mundo exposta pelo texto que é apropriada, segundo a superação da subjetividade ou “desapropriação” de si mesmo. Ao apropriar-se do sentido e da referência do texto, o sujeito distancia-se criticamente das próprias convicções e remonta às “variações imaginativas” propostas pela literatura de ficção e de poesia. Na concepção de Ricoeur, o mundo do texto não é, portanto, o da linguagem corriqueira; ele promove uma distanciação do real consigo mesmo. Nesse sentido, é por meio da distanciação que a ficção gera uma nova apreensão da realidade: pela ficção, pela poesia, ampliam-se inovadoras possibilidades de ser-no-mundo; ficção e poesia miram o ser, já não sob a feição do ser-dado, mas sob a feição do poder-ser.

Ao pontuar a colaboração de Ricoeur a uma teoria filosófica da interpretação, é necessário lembrar que as suas investigações sobre a teoria do texto ligada à da ação geram novas contribuições ao campo do pensamento histórico e político-social. Sua preocupação passa, igualmente, pela abordagem da reciprocidade entre narratividade e temporalidade. A característica temporal da experiência, como referente comum da história e da ficção, constitui-se, para ele, em um problema único, que envolve a ficção, a história e o tempo.

Na sua análise hermenêutica sobre a linguagem, o papel desempenhado pela metáfora também ganha uma nova releitura: já não interessa mais a forma da metáfora (como foi para a retórica), nem tampouco o seu sentido (como para a semântica), mas a sua referência. A metáfora incide, dessa forma, no domínio de redescrever a realidade, o que ocasiona, como imperativo, uma maior conscientização quanto aos vários modos de discurso e quanto à particularidade do discurso filosófico. A metáfora intenta dizer aquilo que é; por isso a tensão entre a verdade metafórica e a “literal”.

### III. A linguagem crítica

A leitura hermenêutica empreendida por Benedito Nunes busca no mundo do texto o “ser como” metafórico, que é a abertura, a forma como que examina o *modus operandi*, o “como” de uma obra literária.

A metáfora proporciona, assim, o início de seu processo interpretativo; o ponto de partida para penetrar no mundo do texto, o despontar como resultante de um ato de leitura.

No seu idioma crítico há, por certo, uma espécie de criação poética, um discurso em construção, mas a linguagem de Nunes, no trato interpretativo das obras, na crítica que efetua o diálogo literatura e filosofia, se equilibra no intervalo entre essas criações e o conceitual. Uma crítica em que a principal característica é a opacidade, a idéia de que há um fio, um espaço não-transparente, entre a crítica e o poético.

Há talvez, porém, um questionar de fronteiras. Entretanto, há também, sem dúvida, uma crítica instigante, que permite um repensar dessas questões; ou melhor, da questão da metáfora, uma vez que nos limites entre áreas aparece o projeto usual de metáfora como ornamentalidade.

A maneira como Nunes trabalha com a seleção lexical é um exemplo disso. Percebe-se claramente que o vocabulário escolhido é alusivo ao texto-objeto analisado. Assim, em cada crítica temos palavras do autor abordado, que são reintegradas, metaforicamente, ao seu modo de escrita. É claro que estamos diante de uma intertextualidade crítica, mas não perante aquela intertextualidade da crítica-escritura barthesiana. Isso porque, nesta crítica, o texto se constrói na mesma densidade sêmica, no mesmo sentido do texto poético (cf. Perrone-Moisés, 1978, p. 58-76).

Desse modo, se há, no discurso de Nunes, um diálogo com o texto analisado, isto não significa que há quebra de divisas, que seu discurso assuma as mesmas relações sensoriais, pictóricas, ambíguas do poético. Percebe-se, sem dúvida, uma incorporação; no entanto, mesmo assim seu escrito conserva características da crítica ensaística, reveladora do poético, sem que se torne, ela própria, poética:

Viver – não é? – muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Por que aprender a viver é que é o viver mesmo [...] Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada (Rosa, 1986, p. 38).

[...] a viagem redonda, a travessia das coisas, – que é vivência e descoberta do mundo e de nós mesmos, nessa aprendizagem da vida, em que o próprio viver consiste – a viagem-travessia que se transvive na lembrança, constitui o saldo imponderável das ações, que a memória e a imaginação juntas recriam (Nunes, 1976, p. 175).

Esse exemplo, de uma crítica ao texto *Grande sertão: veredas* (1986), de Guimarães Rosa, mostra que a incursão ao metafórico é a maneira como Nunes opera com os elementos constitutivos da obra analisada – os tropos e as figuras, a seleção lexical e a semântica, os componentes fonológicos, os morfológicos e os sintáticos. Isto é, a sua capacidade de articular esses aspectos e as possibilidades de uma leitura atenta a percorrer os espaços, as entrelinhas que a palavra poética lança cheia de significações. Estas são retomadas, assim, no jogo de linguagem e na busca por um processo de realce do texto investigado.

A leitura que nasce daí oferece desdobramentos singulares: ao comentar os significantes de uma obra, Nunes redescobre diferentes sentidos destes mesmos significantes, em uma pluralidade hermenêutica, projetiva. Uma leitura de horizonte, de um olhar salteante para além da linha da imagem, para o solo metafórico que é capaz de trazer a experiência de uma nova referência reveladora do mundo do texto.

Para Benedito Nunes, não importa discutir o porquê do recurso metafórico; importa mostrá-lo como marca da escritura, de um fazer textual que é característico do discurso. Por isso, há metáforas espelhadas, reescritas como traços dominantes de uma investigação que se meneia entre o conceitual e a criação de imagens. Conceito e metáfora não se hierarquizam e nem se identificam, mas são probabilidades posicionais.

Enfim, meu objetivo foi o de apenas contribuir com observações mais pontuais, em que pese a força da exposição de Victor Sales Pinheiro, para prolongar a discussão acerca da obra e do pensamento de Benedito Nunes.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Ed.34, 2003.
- BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo: ensaios de crítica*. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *As ilusões da modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- NASCIMENTO, Evando. Literatura e filosofia: ensaio de reflexão. In: NASCIMENTO, Evando; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de (Org.). *Literatura e filosofia: diálogos*. Juiz de Fora/São Paulo: UFJF/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- NUNES, Benedito. Meu caminho na crítica. *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 55, setembro-dezembro de 2005, p. 289-305.
- \_\_\_\_\_. *A filosofia contemporânea*. Edição revista e atualizada. Belém: Edufpa, 2004.
- \_\_\_\_\_. Literatura e filosofia. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 1, p. 199-219.
- \_\_\_\_\_. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Rumos da crítica*. São Paulo: Editora Senac/Itaú Cultural, 2000, p. 51-79.
- \_\_\_\_\_. João Cabral: filosofia e poesia. *Revista Colóquio Letras*, n. 157/158, jul./dez. de 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Hermenêutica e poesia: o pensamento poético*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. Ocaso da literatura ou falência da crítica? *Revista Língua e Literatura*. São Paulo, USP – Departamento de Letras, n. 24, 1999a, p. 11-21.
- \_\_\_\_\_. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998.
- \_\_\_\_\_. *No tempo do nihilismo e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. O pensamento estético no Brasil. In: CRIPPA, Adolfo (Coord.) *As idéias filosóficas no Brasil – Parte II*. São Paulo: Convívio, 1978, p. 85-141.
- \_\_\_\_\_. *O dorso do tigre*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- \_\_\_\_\_. Poesia e filosofia na obra de Fernando Pessoa. *Revista Colóquio Letras*, n. 20, julho de 1974.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto. Crítica. Escrita*. São Paulo: Ática, 1978.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Du texte à l'action: essais d'herméneutique II*. Paris: Seuil, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Temps et récit*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Métaphore vive*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.